

FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de **PREENCHER GABARITO**, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a letra **A** até a letra **E**.
- Em seu caderno de prova, caso haja opção(ões) constituída(s) pela estrutura Situação hipotética:... seguida de Assertiva:..., os dados apresentados como situação hipotética deverão ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços em branco no caderno de prova poderão ser utilizados para rascunhos.

Baseado no formato de prova aplicado pela banca Cebraspe

TJ/RJ – TÉCNICO SEM ESPECIALIDADE

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

João Marcos Gil

TEXTO I

POÉTICAS INDÍGENAS

1 A educação formal brasileira, como se sabe, possui uma base euro-americana. Quando terminamos a formação de nível médio, adquirimos uma noção geral sobre as artes e literaturas francesas, inglesas ou norte-americanas, que constituem, assim, o repertório cultural de qualquer cidadão.

5 Os pressupostos que aí se formam sobre expressões estéticas e intelectuais são marcados, porém, por uma imensa e antiga lacuna. Não sabemos praticamente nada sobre os povos indígenas (para não falar dos africanos), ignoramos completamente os seus regimes de pensamento e de criação.

10 Se estivéssemos no México, teríamos, no meio da Praça Central da capital, uma imensa pirâmide de pedra azteca. Sua imponência serve como advertência para o processo de dominação (física e espiritual) que se iniciou há cinco séculos.

15 Com exceção, talvez, do que acontece na Amazônia contemporânea, onde os índios têm uma presença maior nas cidades, o Brasil permanece ignorando todas as produções culturais de seus povos indígenas.

Fonte: Cesarino, Pedro; in *Babel Poética – Revista de Poesia, Tradução e Crítica. Brasil. 2011.*

O TEXTO I é referência para as questões de 1 a 10.

QUESTÃO 1

Com base nas ideias fundamentais do texto, assinale a **alternativa correta**.

- Ⓐ Pode-se inferir que, na opinião do autor, a educação brasileira se baseie e se funde com base, apenas, em referências norte-americanas.
- Ⓑ Segundo o autor, o repertório cultural de qualquer cidadão brasileiro, sobretudo os de ascendência indígena, constitui-se de índices já deformados pela influência euro-americana.
- Ⓒ Segundo o autor, não se saber “praticamente nada” equivale a uma “lacuna” que, no texto, se representa pela ideia de que “ignoramos completamente os seus regimes de pensamento e de criação”.

- Ⓓ Há, no texto, uma certa depreciação da cultura azteca, visto que seja muito antiga e já diluída pela modernidade das novas formas de pensar a educação formal brasileira.
- Ⓔ Pode-se inferir que a presença maior dos índios nas cidades do Brasil faça com que o Brasil deixe de ignorar as produções culturais nativas de seus povos aborígenes.

QUESTÃO 2

Na linha 6, o vocábulo “**ai**” refere-se, anaforicamente,

- Ⓐ ao pronome relativo “que” imediatamente anterior.
- Ⓑ ao substantivo “pressupostos”, que antecede o pronome relativo “que”.
- Ⓒ à expressão posterior “sobre expressões estéticas e intelectuais”.
- Ⓓ às ideias básicas estabelecidas nas linhas de 1 a 5, ou seja, presentes nos dois primeiros períodos do texto.
- Ⓔ à formação de ensino médio que permeia uma noção geral sobre a formação educacional brasileira, em nível formal.

QUESTÃO 3

À linha 1, a oração subordinada entre vírgulas classifica-se como

- Ⓐ subordinada adverbial comparativa.
- Ⓑ subordinada adverbial causal.
- Ⓒ subordinada substantiva objetiva direta justaposta.
- Ⓓ subordinada adjetiva explicativa justaposta intercalada.
- Ⓔ subordinada adverbial conformativa intercalada.

QUESTÃO 4

Nas ocorrências da **linha 1** e da **linha 6**, a palavra “**se**” tem, respectivamente as funções de

- Ⓐ partícula apassivadora e pronome apassivador.
- Ⓑ partícula apassivadora e pronome indeterminador do sujeito.
- Ⓒ índice de indeterminação do sujeito e pronome reflexivo.
- Ⓓ pronome reflexivo recíproco e parte integrante do verbo.
- Ⓔ partícula expletiva e pronome reflexivo recíproco.

QUESTÃO 5

Nas linhas 4 e 14, o pronome relativo “**que**” tem, respectivamente as funções de

- Ⓐ sujeito e objeto direto.
- Ⓑ sujeito e sujeito.
- Ⓒ objeto direto e sujeito.
- Ⓓ objeto direto e objeto direto.
- Ⓔ complemento nominal e objeto indireto.

QUESTÃO 6

A primeira oração do segundo período classifica-se como

- Ⓐ oração principal.
- Ⓑ oração subordinada adverbial condicional.
- Ⓒ oração subordinada adverbial concessiva.
- Ⓓ oração subordinada adverbial temporal desenvolvida.
- Ⓔ oração inicial de um período composto por coordenação.

QUESTÃO 7

Levando em conta alguns **aspectos lexicais** (vocabulares) do texto, escolha a **opção correta**.

- Ⓐ Seria possível, contextualmente, trocar-se o vocábulo “**terminamos**” (l. 2) por “**finalizamos**”, sem prejuízo semântico.
- Ⓑ À linha 2, o vocábulo “**formação**” poderia, no contexto, substituir-se por “**preparação**”, sem qualquer prejuízo semântico.
- Ⓒ À linha 10, a expressão “**seus regimes**” seria razoavelmente substituível por “**suas regras**”, “**suas normas internas**”, sem maiores prejuízos semânticos no contexto.
- Ⓓ Na linha 13, o vocábulo “**imponência**” pode ser substituído, contextualmente, por “**magnitude**”, “**grandiosidade**”, sem qualquer alteração semântica contextual.
- Ⓔ Na linha 14, a conjunção “**e**” (física e espiritual) poderia substituir-se por “**ou**” sem que haja, no contexto, alguma simples alteração de sentido.

QUESTÃO 8

Com relação ao emprego de alguns sinais de pontuação no texto, assinale a **alternativa incorreta**.

- Ⓐ A oração subordinada do primeiro período deve, por norma gramatical, vir entre vírgulas, travessões ou parêntesis.
- Ⓑ À linha 14, deveria haver uma vírgula antes do pronome relativo “**que**”, conectivo que introduz a oração “**que se iniciou**”.
- Ⓒ À linha 14, a última oração do período “**há cinco séculos**” deveria, por orientação normativa, vir precedida de vírgula.
- Ⓓ Às linhas 16 e 17, as vírgulas que intercalam a oração “**onde os índios têm uma presença maior nas cidades**” dão-lhe caráter sintático-semântico explicativo.
- Ⓔ À linha 9, a vírgula marca a coordenação de estruturas sintáticas independentes.

QUESTÃO 9

Tendo como referência a função sintática de alguns termos em estruturas do texto, escolha a **alternativa correta**.

- Ⓐ Na linha 2, a palavra “**Quando**” tem função sintática de adjunto adverbial temporal.
- Ⓑ Na linha 12, o sintagma “**de pedra azteca**” funciona como complemento nominal do substantivo concreto “**pirâmide**” ao qual se subordina na estrutura gramatical de que faz parte.
- Ⓒ Nas linhas 17 e 18, o sintagma “**todas as produções culturais de seus povos indígenas**” tem função sintática de predicativo do sujeito, pois a forma verbal “**permanece**” é sempre relacional, de ligação.
- Ⓓ Nas linhas 11 e 12, o termo entre vírgulas tem função de aposto explicativo, visto que esclarece, traz um adendo a respeito de seu referente representado pelo topônimo México.
- Ⓔ Na linha 5, o termo “**de qualquer cidadão**” tem função de adjunto adnominal restritivo.

QUESTÃO 10

Nas linhas de 15 a 18, há, marcantemente, em nível estilístico, uma figura a que se denomina, tecnicamente:

- Ⓐ sinédoque.
- Ⓑ antonomásia.
- Ⓒ metáfora.
- Ⓓ eufemismo.
- Ⓔ anadiplose.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Rodrigo Cardoso e Gilcimar Rodrigues

QUESTÃO 11

Considere as afirmações abaixo sobre Decreto n. 2.479/1979.

- I – A investidura em cargo público sempre depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos.
- II – Será exonerado o servidor que não assinar o termo de posse no prazo estabelecido.
- III – O servidor será afastado do exercício do cargo efetivo se eleito para deputado estadual, sendo vedada a opção entre a remuneração do cargo público e o subsídio do cargo eletivo.

Está correto o que se afirma em

- Ⓐ III, apenas.
- Ⓑ I, apenas.
- Ⓒ I e III, apenas.
- Ⓓ II e III, apenas.
- Ⓔ I, II e III.

QUESTÃO 12

Assinale a alternativa correta, considerando o Decreto n. 2.479/1979.

- Ⓐ Ocorre a interrupção da prescrição pela instauração processo administrativo disciplinar.
- Ⓑ A autoridade que tiver ciência de qualquer irregularidade no serviço público é facultada a promover-lhe a apuração, por meios sumários ou mediante processo administrativo disciplinar.
- Ⓒ O processo de revisão deverá ser iniciado em até cinco anos após a data da aplicação da penalidade, sob pena de prescrição.
- Ⓓ Se no curso do processo administrativo disciplinar ficar evidenciado que a irregularidade envolve crime, a autoridade instauradora ou o Presidente da Comissão a comunicará ao Delegado de Polícia.
- Ⓔ A autoridade julgadora decidirá à vista dos fatos apurados pela Comissão, ficando vinculada às conclusões do relatório.

QUESTÃO 13

Um servidor, pregoeiro de determinado órgão público, foi demitido por supostamente favorecer um grupo de empresas nas licitações realizadas pelo órgão. Contudo, após alguns anos, conseguiu anular sua demissão. Nesse caso, conforme consta no Decreto-Lei n. 220/1975, é certo que o servidor será

- A readaptado.
- B reconduzido.
- C reintegrado.
- D colocado em disponibilidade.
- E revertido ao cargo que anteriormente ocupava com direito a indenização.

QUESTÃO 14

Nos termos da Lei 6.956/2015, leia a assertiva e assinale a alternativa correta acerca das atribuições dos órgãos administrativos que compõem a Estrutura do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

- A Órgão Especial: a formação e o aperfeiçoamento permanente de magistrados.
- B Conselho da Magistratura: o exercício da função administrativa superior, inclusive editando atos normativos sobre administração de pessoal e administração financeira.
- C Escola da Magistratura: o exercício da função administrativa superior.
- D Fundo Especial do Tribunal de Justiça: o aperfeiçoamento permanente dos servidores do Poder Judiciário.
- E Escola de Administração Judiciária: a gestão das receitas vinculadas ao custeio do Poder Judiciário.

QUESTÃO 15

Com base na Lei n. 6.956/2015, leia a assertiva e assinale a alternativa incorreta.

São órgãos judicantes de primeira instância:

- A Tribunais do Júri.
- B Juizados Especiais e suas Turmas Recursais.
- C Conselhos de Justiça Militar.
- D Juízos de Direito.
- E Câmaras Cíveis e Criminais.

NOÇÕES DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Carlinhos Costa

QUESTÃO 16

À luz do Estatuto da Pessoa com Deficiência, os componentes de obras de urbanização, tais como os referentes a pavimentação, saneamento, encanamento para esgotos, distribuição de energia elétrica e de gás, iluminação pública, serviços de comunicação, abastecimento e distribuição de água, paisagismo e os que materializam as indicações do planejamento urbanístico, caracterizam o(s)/as

- A adaptações razoáveis.
- B construções acessíveis.
- C espaços inclusivos.
- D elemento de urbanização.
- E mobiliário urbano.

QUESTÃO 17

Em uma viagem entre Duque de Caxias e a Ilha do Governador, encontram-se no coletivo Aragonê, que tem 70 anos, Elias, que é obeso, Roberta Queiroz, que está grávida, e Vandré, que está com seu filho de 9 anos.

Nessa situação hipotética, considerando-se a Lei n. 10.048/2000, devem-se garantir assentos, devidamente identificados, somente para:

- A Aragonê, Roberta e Elias.
- B Aragonê e Roberta.
- C Vandré, Roberta e Elias.
- D Vandré e Elias.
- E Aragonê e Elias.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Rodrigo Cardoso e Glauber Marinho

QUESTÃO 18

Assinale a alternativa correta, considerando os aspectos da Lei n. 8.429/1999.

- A Ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito sempre gera prejuízo ao erário.
- B Representa ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza.
- C O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente tem o dever de ressarcir o erário dos prejuízos sofridos.
- D Frustrar a licitude de concurso público representa ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.
- E No caso de ato que atenta contra os princípios, perderá o agente público ou terceiro beneficiário os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio.

QUESTÃO 19

A respeito das falhas cometidas pelos servidores quanto aos dispositivos do Código e em relação às situações de assédio e discriminação, assinale a alternativa correta.

- A** Eventuais erros ou falhas cometidas pelos destinatários do Código de Ética e Conduta serão apuradas com rigor e receberão tratamento de acordo com sua gravidade, sem a necessidade de se observar o contraditório e as normas jurídicas pertinentes.
- B** No tratamento das condutas de assédio e discriminação, praticadas presencialmente ou por meios virtuais, a Administração atuará em consonância com a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação, instituída na esfera do Poder Judiciário, pela Resolução n. 351, do Conselho Nacional de Justiça, apenas nos casos envolvendo pessoas do gênero feminino.
- C** De acordo com o Código, assédio moral é um processo contínuo de condutas abusivas amparado por estratégias organizacionais e/ou métodos gerenciais que visem, por exemplo, excluir aqueles que a instituição não deseja manter em seus quadros, por meio do desrespeito aos seus direitos fundamentais. Já o assédio moral se configura como um processo contínuo e reiterado de condutas abusivas que, independentemente de intencionalidade, atente contra a integridade, identidade e dignidade humana do trabalhador, por meio da degradação das relações socioprofissionais e do ambiente de trabalho, exigência de cumprimento de tarefas desnecessárias ou exorbitantes, discriminação, humilhação, constrangimento, isolamento, exclusão social, difamação ou abalo psicológico.
- D** A discriminação compreende toda distinção, exclusão, restrição ou preferência fundada na raça, etnia, cor, sexo, gênero, religião, deficiência, opinião política, ascendência nacional, origem social, idade, orientação sexual, identidade e expressão de gênero. Já o assédio sexual se caracteriza como toda conduta de conotação sexual praticada contra a vontade de alguém, sob forma verbal, não verbal ou física, manifestada por palavras, gestos, contatos físicos ou outros meios, com o efeito de perturbar ou constranger a pessoa e afetar a sua dignidade.
- E** Para assegurar a igualdade, não será disponibilizado canal específico (e-mail e telefone) para o atendimento às mulheres e às pessoas que com o gênero feminino se identificarem afetadas por ato de assédio sexual e/ou discriminação de gênero.

QUESTÃO 20

Considere as afirmações abaixo sobre Lei n. 12.846/2013.

- I** – O processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica será conduzido por comissão designada pela autoridade instauradora e composta por servidores estáveis, um membro do Ministério Público e o Magistrado competente para julgamento do processo.
- II** – O Ministério Público poderá requerer a indisponibilidade de bens, direitos ou valores necessários à garantia do pagamento da multa ou da reparação integral do dano causado.

- III** – Competem à autoridade máxima de cada órgão ou entidade dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário a instauração e o julgamento de processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica.

Está correto o que se afirma em

- A** III, apenas.
- B** I, apenas.
- C** I e III, apenas.
- D** II e III, apenas.
- E** I, II e III.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Weslei Machado

QUESTÃO 21

A vigilância sanitária da Prefeitura Municipal de Niterói/RJ compareceu em uma determinada Drogaria para fiscalizar a compra e a venda de medicamentos controlados. Durante a fiscalização, constatou a existência de uma violação das normas vigentes, com a venda de medicamentos sem receita e sem envio de informações à Agência Nacional de Vigilância Sanitária, motivo pelo qual autou a pessoa jurídica. Considerada essa situação, tem-se uma característica própria:

- A** do poder hierárquico.
- B** do poder disciplinar.
- C** do poder regulamentar.
- D** do poder de polícia.
- E** poder superior.

QUESTÃO 22

No que se refere aos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- A** A anulação do ato administrativo constitui medida vinculada e atinge um ato administrativo válido.
- B** Em razão da exigibilidade dos atos administrativos, a Administração Pública, por meios próprios, coloca em execução suas decisões.
- C** Ainda que tenham defeitos, presumem-se verdadeiros os atos administrativos em razão da sua coercibilidade.
- D** Apenas órgãos públicos e agentes públicos podem praticar atos administrativos.
- E** Não se admite a revogação de atos administrativos vinculados, mas somente de atos administrativos válidos e discricionários.

QUESTÃO 23

Consideradas as disposições constitucionais aplicáveis aos agentes públicos, assinale a alternativa correta.

- A Dispensa-se a realização de concursos públicos para a contratação de pessoas para empregos públicos.
- B Exige-se, obrigatoriamente, a fixação em edital do prazo de validade de concurso público.
- C Somente brasileiros, natos ou naturalizados, podem acessar cargos públicos.
- D Inexiste vedação para a acumulação de cargos públicos na Administração Pública Indireta.
- E Admite-se a criação de cargos públicos por meio de decreto expedido pelo chefe do Poder Executivo.

QUESTÃO 24

A alienação de bens imóveis da sociedade de economia mista depende do preenchimento dos seguintes requisitos, exceto:

- A existência de interesse público devidamente justificado.
- B autorização legislativa.
- C avaliação prévia.
- D licitação na modalidade concorrência.
- E dispensa de licitação em caso de venda a outro órgão da administração pública, ainda que de ente federativo diverso.

QUESTÃO 25

Analisar as assertivas abaixo:

- I – As empresas públicas e sociedades de economia mista, por serem órgãos da Administração Indireta, não se vinculam a órgãos da Administração Direta.
- II – As empresas públicas e sociedades de economia mista, quando prestadoras de serviços públicos, constituem-se como pessoas jurídicas de direito público.
- III – As empresas públicas e as sociedades de economia mista, se forem exploradoras de atividade econômica, não gozam do privilégio da impenhorabilidade de seus bens.

Com base nessas assertivas, pode-se afirmar que está(ão) correta(s) a(s) assertiva(s) constante(s) no(s) item(ns):

- A I.
- B II.
- C III.
- D I e II.
- E II e III.

QUESTÃO 26

Nos processos administrativos, devem ser observados os seguintes critérios, conforme as disposições contidas na Lei n. 9.784/1999, exceto:

- A A atuação deve-se pautar de acordo com a lei e com o Direito.
- B Deve-se atuar com objetividade no atendimento do interesse público, sem a promoção de agentes ou autoridades.
- C Exige-se a divulgação oficial de atos administrativos, em qualquer situação, em razão da exigência da publicidade administrativa.
- D Veda-se a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público.
- E Exige-se a observância das formalidades essenciais à garantia dos direitos dos administrados.

**NOÇÕES DE DIREITO
CONSTITUCIONAL**

Ricardo Blanco

QUESTÃO 27

A respeito dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, assinale a alternativa que está de acordo com a Constituição Federal.

- A É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz e em tempo de guerra, podendo qualquer pessoa nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.
- B Todos podem reunir-se pacificamente em locais abertos ao público, desde que não frustrem outra reunião já convocada, sendo apenas exigida prévia autorização da autoridade competente.
- C A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas dependem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.
- D As entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.
- E A lei não poderá, em qualquer situação, restringir a publicidade dos atos processuais.

QUESTÃO 28

Assinale a alternativa correta a respeito das ações constitucionais.

- A São gratuitas as ações de *habeas corpus* e o mandado de segurança, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.
- B No ajuizamento do *habeas data*, salvo comprovada má-fé, o autor ficará isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
- C O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por qualquer partido político ou associação, desde que legalmente constituídos e em funcionamento há pelo menos um ano.
- D É cabível o mandado de segurança para a proteção de direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- E Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.

QUESTÃO 29

Na Constituição Federal de 1988, os direitos e deveres individuais e coletivos são previstos como segue em:

- A Todos são iguais perante a lei, garantindo somente aos brasileiros a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à segurança, à propriedade.
- B A casa é asilo inviolável, mesmo em caso de flagrante delito ou desastre.
- C A pequena propriedade rural, desde que trabalhada pela família, é impenhorável.
- D A expressão artística é condicionada a prévia aprovação do órgão competente.
- E Não é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral.

QUESTÃO 30

Os sigilos bancário e fiscal, direitos individuais protegidos pela Constituição Federal, poderão ser excepcionados por decisão judicial fundamentada por:

- A Receita Federal e Tribunal de Contas da União e Estaduais, desde que determinada pela Presidência.
- B Procurador da República, em caso de investigação envolvendo autoridade submetida e foro privilegiado e Receita Federal.
- C decisão de Comissões Parlamentares de Inquérito ou, excepcionalmente, pelo Ministério Público, em casos restritos de investigação de recursos públicos.
- D decisão de autoridade administrativa disciplinar e ordem do Procurador da República em caso de investigação envolvendo autoridade submetida a foro privilegiado.
- E decisão de Comissões Parlamentares de Inquérito e, excepcionalmente, pela autoridade fazendária em casos de evasão de divisas.

QUESTÃO 31

Acerca do que dispõe a Constituição Federal sobre nacionalidade,

- A são brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.
- B a lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos previstos em lei complementar.
- C é privativo de brasileiro nato o cargo de membro da Câmara dos Deputados.
- D será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que tiver cancelada sua naturalização, por decisão administrativa, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.
- E é fator impeditivo de aquisição da nacionalidade brasileira a condenação, por improbidade administrativa, de cidadão estrangeiro residente no Brasil por período superior a quinze anos ininterruptos.

QUESTÃO 32

Quanto à composição dos tribunais prevista na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, tem-se que:

- A o Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada. Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.
- B o Superior Tribunal de Justiça compõe-se de, no mínimo, trinta e três Ministros. Os Ministros do Superior Tribunal de Justiça serão nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.
- C os Tribunais Regionais Federais compõem-se de, no mínimo, sete juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos.
- D o Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta anos e menos de sessenta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal.
- E O Tribunal Superior Eleitoral compor-se-á, no mínimo, de oito membros.

**NOÇÕES DE DIREITO
PROCESSUAL CIVIL**
Eduardo Galante

QUESTÃO 33

Considerando a Parte Geral do Código de Processo Civil, em especial quanto ao Litisconsórcio, é correto afirmar:

- A O litisconsórcio será unitário quando, pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir o mérito de modo uniforme para todos os litisconsortes.
- B Os litisconsortes serão considerados, em suas relações com a parte adversa, como litigantes distintos, inclusive no litisconsórcio unitário, caso em que os atos e as omissões de um não prejudicarão os outros, mas os poderão beneficiar.
- C Cada litisconsorte tem o direito de promover o andamento do processo, e todos podem ser citados dos respectivos atos.
- D Nos casos de litisconsórcio passivo necessário, o juiz determinará ao autor que requeira a citação de todos que devam ser litisconsortes, dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis, sob pena de preclusão do processo.
- E O litisconsórcio será coletivo por disposição de lei ou quando, pela natureza da relação jurídica controvertida, a eficácia da sentença depender da intimação de todos que devam ser litisconsortes.

QUESTÃO 34

Nos termos do Código de Processo Civil, em especial quanto ao incidente de desconconsideração da personalidade jurídica, é correto afirmar:

- Ⓐ Instaurado o incidente, o sócio ou a pessoa jurídica será citado para manifestar-se e requerer as provas cabíveis no prazo de 10 (dez) dias.
- Ⓑ Concluída a instrução, se necessária, o incidente será resolvido por sentença homologatória.
- Ⓒ Acolhido o pedido de desconconsideração, a alienação ou a oneração de bens, havida em fraude de execução, será ineficaz em relação ao requerido.
- Ⓓ O incidente de desconconsideração da personalidade jurídica será instaurado a pedido da parte ou do Ministério Público, quando lhe couber intervir no processo.
- Ⓔ O incidente de desconconsideração é cabível em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo judicial ou extrajudicial.

QUESTÃO 35

Nos termos do Código de Processo Civil, em especial quanto aos auxiliares de justiça, é correto afirmar:

- Ⓐ Em cada comarca, seção ou subseção judiciária haverá, no mínimo, 5 (cinco) oficiais de justiça para os respectivos juízos.
- Ⓑ Em cada juízo haverá um ou mais ofícios de justiça, cujas atribuições serão determinadas pelas normas processuais civis e penais.
- Ⓒ O escrivão, o chefe de secretaria e o oficial de justiça são responsáveis, civil e regressivamente, quando sem justo motivo, se recusarem a cumprir no prazo os atos impostos pela lei ou pelo juiz a que estão subordinados ou praticarem ato nulo com dolo ou culpa.
- Ⓓ O escrivão ou o chefe de secretaria atenderá, obrigatoriamente, à ordem cronológica de recebimento para publicação e efetivação dos pronunciamentos judiciais.
- Ⓔ Incumbe ao oficial de justiça fazer pessoalmente citações, prisões, penhoras, arrestos e demais diligências próprias do seu ofício, sempre com a presença de 1 (uma) testemunha, certificando no mandado o ocorrido, com menção ao lugar, ao dia e à hora.

QUESTÃO 36

Nos termos do Código de Processo Civil, em especial quanto às nulidades, é correto afirmar:

- Ⓐ A nulidade dos atos deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de extinção do feito.
- Ⓑ É anulável o processo quando o membro do Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que deva intervir.
- Ⓒ Nulo o ato, consideram-se de nenhum efeito todos os subseqüentes que dele dependam, todavia, a nulidade de uma parte do ato prejudicará as outras que dela sejam independentes.

- Ⓓ Quando a lei prescrever determinada forma sob pena de nulidade, a decretação desta pode ser requerida pela parte que lhe deu causa.
- Ⓔ Quando a lei prescrever determinada forma, o juiz considerará válido o ato se, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade.

QUESTÃO 37

Nos termos do Código de Processo Civil, em especial quanto às providências preliminares e de saneamento, é correto afirmar:

- Ⓐ Se o réu alegar fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, este será ouvido no prazo de 10 (dez) dias, permitindo-lhe o juiz a produção de prova e a realização da diligência.
- Ⓑ Verificando a existência de irregularidades ou de vícios sanáveis, o juiz determinará sua correção em prazo nunca superior a 15 (quinze) dias.
- Ⓒ Cumpridas as providências preliminares ou não havendo necessidade delas, o juiz proferirá julgamento conforme o estado do processo, observando as regras do julgamento conforme o processo.
- Ⓓ Se o réu contestar a ação, o juiz, verificando a inocorrência do efeito da revelia previsto no art. 344, ordenará que o réu especifique as provas que pretenda produzir, se ainda não as tiver indicado.
- Ⓔ Ao réu revel ou ausente será lícita a produção de provas, contrapostas às alegações do autor, desde que se faça representar nos autos a tempo de praticar os atos processuais dispensáveis a essa produção.

QUESTÃO 38

Acerca dos Recursos para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça, tais quais estão previstos no Código de Processo Civil, aponte a alternativa correta:

- Ⓐ Concluído o julgamento do recurso especial, os autos serão remetidos ao Supremo Tribunal Federal para apreciação do recurso extraordinário, ainda que este esteja prejudicado.
- Ⓑ Se o relator, no Superior Tribunal de Justiça, entender que o recurso especial versa sobre questão constitucional, deverá conceder prazo de 30 (trinta) dias para que o recorrente demonstre a existência de repercussão geral e se manifeste sobre a questão constitucional.
- Ⓒ Admitido o recurso extraordinário ou o recurso especial, o Supremo Tribunal Federal ou o Superior Tribunal de Justiça julgará o processo, aplicando o direito.
- Ⓓ O Supremo Tribunal Federal ou o Superior Tribunal de Justiça poderá desconSIDERAR vício formal de recurso tempestivo ou determinar sua correção, ainda que o repute grave.
- Ⓔ Na hipótese de interposição conjunta de recurso extraordinário e recurso especial, os autos serão remetidos ao Supremo Tribunal Federal.

QUESTÃO 39

Nos termos do Código de Processo Civil vigente desde 2015, em especial quanto a modificação da competência, indique a alternativa correta.

- A** O registro ou a distribuição da petição inicial torna preventivo o juízo.
- B** A ação acessória será proposta no juízo do réu, independentemente da ação principal.
- C** A competência determinada em razão da matéria, da pessoa ou da função é derogável por convenção das partes.
- D** A competência absoluta poderá modificar-se pela conexão ou pela continência.
- E** Reputam-se contínuas 3 (três) ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir.

QUESTÃO 40

Considerando a Parte Geral do Código de Processo Civil, em especial quanto aos procuradores, é correto afirmar:

- A** A procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular assinado pela parte, habilita o advogado a praticar todos os atos do processo, exceto receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso e assinar declaração de hipossuficiência econômica, que devem constar de cláusula específica.
- B** A procuração não pode ser assinada digitalmente.
- C** A procuração deverá conter o nome do advogado, seu número de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, o endereço completo do escritório e os nomes dos eventuais sócios.
- D** A parte será representada em juízo por advogado regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil ou por núcleos de prática jurídica.
- E** O advogado não será admitido a postular em juízo sem procuração, inclusive nos casos de preclusão, decadência ou prescrição, ou para praticar ato considerado urgente.

QUESTÃO 41

De acordo com o Código de Processo Civil, em especial quanto à reconvenção, é correto afirmar:

- A** O réu pode propor reconvenção somente após oferecer contestação.
- B** A reconvenção pode ser proposta contra o autor e terceiro.
- C** A reconvenção não pode ser proposta pelo réu em litisconsórcio com terceiro.
- D** Proposta a reconvenção, o autor será intimado, na pessoa de seu advogado, para apresentar resposta no prazo de 30 (trinta) dias.
- E** A desistência da ação ou a ocorrência de causa extintiva que impeça o exame de seu mérito obsta ao prosseguimento do processo quanto à reconvenção.

**NOÇÕES DE DIREITO
PROCESSUAL CIVIL**

Ismael Noronha

QUESTÃO 42

Joãozinho, advogado, devidamente cadastrado no sistema judicial eletrônico do TJ-RJ e já tendo demonstrado o interesse de receber as notificações de citações em seu e-mail, recebeu, no dia 10/03, uma terça-feira, um e-mail comunicando a citação de seu cliente num processo cível para apresentação de recurso no prazo de 5 dias. A partir disso, pode-se afirmar que o prazo processual começará a correr a partir da

- A** terça-feira.
- B** quarta-feira.
- C** quinta-feira.
- D** sexta-feira.
- E** próxima segunda-feira.

**NOÇÕES DE DIREITO
PROCESSUAL PENAL**

Ismael Souto

QUESTÃO 43

Sobre a lei processual penal no tempo, é correto afirmar:

- A** As normas processuais têm aplicação imediata, dependendo do fato que deu origem ao processo ter ocorrido antes ou depois da sua entrada em vigor.
- B** As normas processuais têm aplicação imediata, independentemente do fato que deu origem ao processo ter ocorrido antes ou depois da sua entrada em vigor.
- C** As normas processuais têm aplicação imediata, somente se o fato que deu origem ao processo tiver ocorrido depois da sua entrada em vigor.
- D** As normas processuais têm aplicação imediata, quando o fato que deu origem ao processo tiver ocorrido antes da sua entrada em vigor.
- E** As normas processuais têm aplicação imediata, salvo se o fato que deu origem ao processo ocorreu antes da sua entrada em vigor.

QUESTÃO 44

Da aplicação do princípio do *tempus regit actum* derivam dois efeitos, sendo eles:

- A** Os atos processuais nos moldes da lei anterior serão considerados válidos e não serão atingidos pela lei posterior (princípio da imediatidade) e as normas processuais têm aplicação imediata (sistema de isolamento dos atos processuais).
- B** Os atos processuais realizados nos moldes da lei posterior serão considerados válidos e não serão atingidos pela lei posterior (sistema de isolamento dos atos processuais) e as normas processuais têm aplicação imediata (princípio da imediatidade).
- C** Os atos processuais realizados nos moldes da lei anterior serão considerados válidos e não serão atingidos pela lei posterior (sistema de isolamento dos atos processuais) e as normas processuais têm aplicação imediata (princípio da imediatidade).
- D** Os atos processuais realizados nos moldes da lei anterior serão considerados válidos e não serão atingidos pela lei posterior (princípio do juiz natural) e as normas processuais têm aplicação imediata.
- E** Os atos processuais realizados nos moldes da lei anterior serão considerados válidos e não serão atingidos pela lei posterior (princípio da adequação social) e as normas processuais têm aplicação imediata.

QUESTÃO 45

O juiz das garantias é responsável pelo controle da legalidade da investigação criminal e pela salvaguarda dos direitos individuais cuja franquia tenha sido reservada à autorização prévia do Poder Judiciário, competindo-lhe especialmente:

- A** prorrogar a prisão provisória ou outra medida cautelar, bem como substituí-las ou revogá-las, assegurado, no primeiro caso, o exercício do contraditório em audiência pública e oral, na forma do disposto neste Código ou em legislação especial pertinente.
- B** prorrogar a prisão em flagrante ou outra medida cautelar, bem como substituí-las ou revogá-las, assegurado, no primeiro caso, o exercício do contraditório em audiência de custódia, na forma do disposto no Código Processual Penal ou em legislação especial pertinente.
- C** determinar o trancamento do inquérito policial quando houver fundamento razoável para sua instauração ou prosseguimento.
- D** determinar sobre documentos, laudos e informações para o delegado de polícia dar andamento na investigação.
- E** requisitar os procedimentos de interceptação telefônica, do fluxo de comunicações em sistemas de informática e telemática ou de outras formas de comunicação.

QUESTÃO 46

Acerca do inquérito policial, assinale a alternativa correta.

- A** A autoridade policial não pode deferir ou indeferir pedido de prova feito pelo indiciado ou pelo ofendido no inquérito.
- B** O mero registro da ocorrência do crime traz em seu bojo a existência da condição de procedibilidade para a instauração do inquérito policial.
- C** Dado o seu caráter provisório e administrativo, é possível a existência de uma ação penal regularmente proposta e também recebida pelo juiz sem que antes tenha sido instaurado um inquérito policial, entretanto para propositura de uma ação penal são exigidos mais elementos.
- D** Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito não caberá recurso.
- E** Os elementos informativos do inquérito não podem servir como fundamentação em decreto condenatório no processo penal, ainda que não confirmados pelo contraditório judicial.

QUESTÃO 47

Considere as seguintes afirmações acerca do Código de Processo Penal:

- I** – A representação será irretroatável, depois de recebida a denúncia.
- II** – Se a vítima não concordar com o arquivamento do inquérito policial, poderá, no prazo de trinta dias do recebimento da comunicação, submeter a matéria à revisão da instância competente do órgão ministerial, conforme dispuser a respectiva lei orgânica.
- III** – O descumprimento do acordo de não persecução penal pelo investigado poderá ser utilizado pelo Ministério Público como justificativa para o eventual não oferecimento de suspensão condicional do processo.
- IV** – Cumprido integralmente o acordo de não persecução penal, o juízo competente reconhecerá a atipicidade da conduta.

Assinale a alternativa correta.

- A** Somente a alternativa I está correta.
- B** As alternativas I e II estão corretas.
- C** As alternativas II e III estão corretas.
- D** As alternativas I, II e III estão corretas.
- E** As alternativas I, II, III e IV estão corretas.

QUESTÃO 48

Julgue as alternativas relativas ao direito processual penal e assinale a correta.

- A Nos crimes de ação pública, a autoridade policial não poderá instaurar o inquérito policial sem o requerimento do ofendido.
- B Logo que tiver conhecimento de um crime, a autoridade policial deverá aguardar ordens para iniciar a investigação.
- C A autoridade policial não poderá mandar instaurar inquérito após comunicação verbal de suposto crime feita por pessoa do povo.
- D O inquérito policial que tramitar perante a Justiça Estadual deve ser concluído em 10 dias quando o investigado estiver preso, não podendo ser prorrogado por decisão do juiz.
- E Para a instauração de inquérito de ação penal privada, é imprescindível o requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la.

QUESTÃO 49

Sobre as citações e intimações, assinale a alternativa correta.

- A A legislação processual penal não admite a citação por hora certa.
- B A intimação da sentença, quando o réu constituir defensor, se dará na pessoa deste.
- C A citação por edital é nula, porque cabe ao juízo diligenciar, por todos os meios e em todas as situações, para obter o correto endereço do réu.
- D A intimação da sentença será pessoal, no caso de réu preso.
- E Se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, ser-lhe-á nomeado defensor dativo.

QUESTÃO 50

Claiton Carnaval teve deferida sua liberdade provisória por ocasião da audiência de custódia. O denunciado foi citado e apresentou resposta à acusação, não sendo oferecida proposta de suspensão condicional do processo por responder a outras ações penais pelo mesmo tipo penal. No entanto, quando da intimação para realização da audiência de instrução e julgamento, Claiton Carnaval não foi localizado pelo oficial de justiça. O Ministério Público diligenciou e buscou a intimação de Claiton Carnaval em todos os endereços obtidos, não sendo o réu localizado. Apenas a mãe do acusado informou aos oficiais que ele tinha mudado de endereço, apesar de essa informação não ter sido prestada por Claiton Carnaval ao juízo. Nessa situação hipotética, após todas as diligências realizadas pelo Ministério Público, o juiz:

- A poderá decretar a revelia do réu, persistindo ao Ministério Público a obrigação de comprovar a autoria e materialidade do crime. Entretanto, Claiton Carnaval não mais precisará ser intimado pessoalmente para eventuais próximas audiências.
- B poderá decretar a revelia do réu, que não gera presunção de veracidade dos fatos imputados, sendo Claiton Carnaval intimado nos outros futuros atos processuais.
- C não poderá decretar a revelia do réu e os demais atos processuais necessitarão da presença do acusado.
- D não poderá decretar a revelia do réu, suspendendo imediatamente o processo, bem como o curso do prazo prescricional.
- E poderá decretar a revelia do réu, gerando presunção de inocência dos fatos imputados.

QUESTÃO 51

Acerca dos aspectos processuais no direito penal relativos ao Tribunal do Júri, assinale a alternativa correta.

- A A simples leitura da decisão de pronúncia do plenário do Tribunal do Júri induz à nulidade do julgamento.
- B O acusado que tiver praticado crime doloso e culposo contra a vida deverá ser julgado pelo Tribunal do Júri em votação sigilosa.
- C Caso o advogado particular do acusado falte injustificadamente à sessão plenária de julgamento do júri, o juiz nomeará imediatamente defensor público para promover a defesa técnica, sendo vedado o adiamento nessa hipótese.
- D Para o julgamento feito pelo plenário do Tribunal do Júri, o conselho deverá ser formado por número ímpar de juízes e seguir o modelo escabinado, segundo o ordenamento jurídico brasileiro.
- E Se os jurados reconhecerem que o crime que está sendo julgado na verdade ocorreu em modalidade culposa, então haverá o que se denomina desclassificação imprópria: o juiz presidente passa a ser competente para o julgamento.

QUESTÃO 52

Sobre o *habeas corpus* previsto no CPP, é correto afirmar:

- A Dar-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar na iminência de sofrer violência ou coação ilegal na sua liberdade de ir e vir, mesmo em casos de punição disciplinar.
- B Recebida a petição de *habeas corpus*, o juiz, se julgar necessário, e estiver preso o paciente, mandará que este lhe seja imediatamente apresentado em dia e hora que designar.
- C Se o *habeas corpus* for concedido em virtude de nulidade do processo, este será arquivado definitivamente.
- D O código processual penal não prevê a possibilidade de os juízes e os tribunais expedirem de ofício ordem de *habeas corpus*.
- E Não caberá *habeas corpus* quando for negada a liberdade sob fiança, mesmo que a lei autorize a liberdade no fato concreto.

LEGISLAÇÃO

Gilcimar Rodrigues e Eduardo Galante

QUESTÃO 53

Com base no Código de Normas, assinale a alternativa incorreta acerca das custas judiciais.

- A As tabelas contendo os valores de custas ou emolumentos correspondentes a cada ato serão publicadas anualmente.
- B O recebimento direto, por servidor remunerado pelos cofres públicos, de importância destinada a pagamento de custas, constitui falta grave.
- C No caso de paralização total ou parcial da instituição bancária, será concedido à parte um prazo de 5 dias úteis, contados a partir da normalização do serviço, para a realização do recolhimento de custas, emolumentos, taxa judiciária e acréscimos.
- D Em regra, as custas referentes aos feitos judiciais de competência originária do primeiro grau de jurisdição serão pagas antecipadamente.
- E É vedada a remessa de autos judiciais aos contadores judiciais para o exclusivo cálculo das custas judiciais e taxa judiciária.

QUESTÃO 54

Com base no Código de Normas, assinale a alternativa correta acerca da administração interna dos cartórios.

- A Compete ao chefe de serventia organizar, a seu critério, o rodízio de atendimento ao público.
- B O termo de abertura e de encerramento, dos livros cartorários obrigatórios, conterà o número do livro.
- C A administração interna dos cartórios deverá observar os princípios da legalidade e da eficiência.
- D O desaparecimento ou a danificação de qualquer livro cartorário será imediatamente comunicado ao Presidente do Tribunal.
- E Os livros de folhas soltas obedecerão ao modelo próprio e contereão até trezentas folhas.

QUESTÃO 55

Acerca das citações e intimações, assinale a alternativa correta.

- A Nas varas com competência criminal, as citações e intimações serão feitas unicamente por oficial de justiça avaliador.
- B A comunicação processual será realizada por oficial de justiça quando o citando for capaz.
- C As citações e intimações judiciais serão cumpridas, sempre que possível, por telefone.
- D É vedada em qualquer hipótese a utilização da forma postal nas citações e intimações.
- E O expediente de comunicação de atos judiciais não poderá ser fechado com grampo metálico, independentemente da necessidade.

QUESTÃO 56

Acerca dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, assinale a alternativa correta.

- A Em regra, a gravação das audiências ocorrerá por meio de taquigrafia, podendo excepcionalmente ser adotada a forma audiovisual.
- B As sessões de conciliação não serão gravadas, em virtude de sua confidencialidade.
- C Os conciliadores presidirão as audiências de conciliação ou as audiências preliminares, sob a supervisão direta do Corregedor-Geral de Justiça.
- D O serventuário poderá atuar como conciliador quando houver autorização expressa das partes envolvidas.
- E É vedado ao conciliador atuar como advogado dativo, salvo autorização expressa do Corregedor-Geral.

QUESTÃO 57

Leia a assertiva e assinale a alternativa incorreta.

Compete aos Núcleos de Distribuição e Citação dos Juizados Especiais Cíveis – NADAC:

- A expedir citação via postal, quando não couber citação eletrônica.
- B levar ao conhecimento do magistrado a existência de petição urgente a ser apreciada fisicamente.
- C dar cumprimento às cartas precatórias recebidas, servindo a própria deprecata como mandado, devendo a serventia expedir apenas Mandado de Cumprimento.
- D elaborar guia de postagem encaminhando a correspondência ao SEED.
- E distribuir as petições iniciais, via portal próprio, dirigidas aos Juizados Especiais Cíveis, vinculados a ele.

QUESTÃO 58

Com base no Código de Normas, leia a assertiva e assinale a alternativa.

São atribuições do Chefe da Central de Audiência de Custódia, exceto:

- A supervisionar o fluxo dos autos de prisão em flagrante físicos ou eletrônicos recebidos.
- B decidir sobre reclamações que lhe forem apresentadas contra servidor vinculado ao seu Juízo.
- C administrar e organizar a documentação inerente à prática cartorária
- D supervisionar o desempenho das atribuições executadas pelos servidores que estão sob sua subordinação.
- E cientificar o magistrado acerca de eventuais irregularidades administrativas ou judiciais de que tomar ciência.

QUESTÃO 59

Com base no Código de Normas, leia a assertiva e assinale a alternativa.

O arquivamento especial poderá ser realizado, excepcionalmente, pela serventia judicial, independentemente de prévia autorização do Corregedor Geral da Justiça, caso sejam atendidos os requisitos estabelecidos no Código de Normas. São requisitos para o arquivamento especial, exceto:

- A a falta de movimentação no processo, inclusive eventuais apensos, no sistema informatizado há mais de um ano.
- B o processo não tenha qualquer tipo de remessa em aberto.
- C o processo não esteja arquivado no sistema informatizado.
- D não haja audiência futura designada.
- E o processo não tenha indicativo de réu preso.

QUESTÃO 60

Nos termos da Lei n. 12.153/2009, indique a alternativa correta.

- Ⓐ Nas causas de que trata esta Lei, haverá reexame necessário.
- Ⓑ Os conciliadores e juízes leigos são auxiliares da Justiça, recrutados, os primeiros, preferentemente, entre os bacharéis em Direito, e os segundos, entre advogados com mais de 5 (cinco) anos de experiência.
- Ⓒ Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei quando houver divergência entre decisões proferidas por Turmas Recursais sobre questões de direito material.
- Ⓓ É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 40 (quarenta) salários mínimos.
- Ⓔ Não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive a interposição de recursos, devendo a citação para a audiência de conciliação ser efetuada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.



MAIS DE 23 MIL CURSOS ONLINE PARA VOCÊ:

Estude quando quiser,
para o cargo que quiser,
na hora que quiser.

Seus estudos
do seu jeito.

 GRAN CURSOS
ONLINE

#VEM
SER
GRAN

Assinatura ILIMITADA 6.0

para concursos e OAB

FACILITE SEUS ESTUDOS:

rotas de aprovação, mapas mentais, resumos e exercícios irão te guiar por um caminho mais simples e rápido.

TUDO NO SEU TEMPO E ESPAÇO:

faça o download de videoaulas e de PDFs e estude onde e quando você quiser e puder.

VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO:

mentorias diárias, ao vivo, e fórum de dúvidas não te deixarão só nesta caminhada.

TUDO DE NOVO QUANTAS VEZES VOCÊ QUISER:

quantas vezes você quiser, quantas vezes você precisar, estude com o material mais atualizado e de melhor qualidade do mercado.


NÚMEROS GRANDES:

milhares de alunos aprovados, mais de 1 milhão de questões, mais de 23 mil cursos e centenas de professores para te ajudar a passar.

TUDO NA SUA MÃO:

só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

 (61) 99884-6348 | No horário de segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero passar em
concurso público